



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA

Transcrição da 136ª reunião, realizada em 19 de dezembro de 2018

Em 19 de dezembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional Colegiada Zona da Mata (URC Zona da Mata) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável localizado em Ubá, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Luiz Henrique Ferraz Miranda, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Rogério Jacinto Gomes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Ionivaldo Almeida de Paula, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Cláudio Pacheco Pereira, da Secretaria de Estado de Cidades e Integração Regional (Secir); Gláucia Cardoso Martins, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Vicente de Paulo Pinto, da Prefeitura Municipal de Ubá. Representantes da sociedade civil: Michel Henrique Pires, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); José Januário Carneiro Neto, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Miguel Arcanjo de Paula Batista, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Sônia Maria Jacob Rodrigues, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG); Glauber Freitas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Representando o secretário de gestão regional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente da URC Zona da Mata, Diogo Soares de Melo Franco, declaro aberta esta sessão.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Egídio Freitas Morais Júnior: “Eu gostaria de pedir desculpa pelo atraso. Eu até tinha comunicado anteriormente a minha possibilidade de estar aqui hoje por questões profissionais. Estou com uma audiência, não consegui desmarcar. Peço desculpa, de antemão. Eu não poderia permanecer aqui. Só mesmo para abertura, com relação à questão do quórum. E já gostaria, de antemão, desejar a todos um feliz Natal e um próspero ano novo.” Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: “Eu queria agradecer a equipe da Supram pelo carinhoso cartão de boas festas e desejar a todos um feliz Natal e um próspero ano novo.” **4) APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL SEMAD. Aperfeiçoamento dos serviços ao cidadão. Apresentação: Supram Zona da Mata.** Ricardo

38 Antônio do Nascimento/Supram Zona da Mata: “Senhoras e senhores, muito
39 boa tarde. Senhor presidente, boa tarde. Inicialmente, agradecemos a
40 participação de todos na reunião do COPAM do mês de dezembro de 2018,
41 como forma também, aproveitando o momento, de fazer uma prestação de
42 contas do exercício de 2018 e das melhorias e avanços que o Sisema trouxe
43 a todo cidadão em função das práticas ambientais. Nós vamos passar para
44 vocês, só para terem um comparativo, resultados dos anos 2017/2018 que
45 vimos alcançando e buscando sempre o aperfeiçoamento da gestão
46 ambiental no Estado de Minas Gerais. Só para iniciarmos a conversa, o
47 Sisema passou por um processo de remodelagem, em que visamos a
48 modernização do conceito de enquadramento das atividades com foco na
49 racionalização dos processos administrativos de licenciamento ambiental,
50 criando princípios de geotecnologias e também criando uma gestão territorial
51 ambiental em que pudéssemos identificar o parâmetro e a situação
52 locacional de cada empreendimento dentro do Estado de Minas. Foram
53 várias ações, desde a primeira Diretiva de 2009, que deu início aos
54 processos de alteração da DN 74. A partir daí, nós tivemos um ponto de
55 partida com propostas apresentadas em diversos setores pelo chamamento
56 público de 2012. Em 2013, notou-se que a Diretiva não atendeu às
57 necessidades do Estado à época. Em 2016, foi aprovada a nova
58 reestruturação do Sisema, através da Lei 20.972. E em 2017 criou-se a
59 Resolução SEMAD, criando um grupo de estudos para aperfeiçoar o sistema
60 de licenciamento ambiental dentro do Estado de Minas. A partir daí, nós
61 conseguimos, em 6 de dezembro de 2017, aprovar a Deliberação Normativa
62 nº 217. E com isso a revogação da DN 74. Aí nós trabalhamos as tipologias
63 das listagens A a E e começamos a criar preceitos para melhor organização
64 desse procedimento dentro do Estado, através de um licenciamento mais
65 célere, através de um licenciamento ambiental simplificado. E aí nós tivemos
66 reuniões da CNR e do COPAM para apresentar cada tipo de listagem da DN
67 217, que a sociedade, os sindicatos e o serviço público também pudessem
68 participar e dar suas opiniões. Foram vários encontros para podermos
69 formalizar o processo da DN 217. A título de curiosidade – não sei se todos
70 sabem –, das tipologias da DN 74 para a DN 217, 41 códigos foram mantidos
71 sem alteração, 69 foram excluídos, 63 foram unificados e/ou excluídos,
72 tivemos 41 novos códigos, códigos com alteração de redação, potencial
73 poluidor/degradador e critério de porte foram 152, de um total de 365 códigos
74 que foram analisados, revistos e que passaram por uma remodelagem para
75 entrar em vigor a DN 217, que segue hoje. Nós tivemos a DN 217, de 6 de
76 dezembro de 2017, e também o Decreto 47.383, que revogou o 44.884 e
77 trouxe as novas regras para o licenciamento dentro do Estado de Minas.
78 Tivemos também – não sei se é do conhecimento de todos – a implantação
79 da IDE, que é o sistema geoespacial onde conseguimos identificar os pontos,
80 inclusive, até de possíveis implantações dentro do Estado. Nós conseguimos

definir através da IDE o que é possível ou não, dependendo da área de instalação, vendo se há alguma proibição naquele local e evitando que o empreendedor invista dinheiro e depois esse dinheiro não consiga ter o seu retorno, uma vez que, ambientalmente, ele não tem condição de fazer sua regularização. Então a IDE veio com esse princípio. Eu até trouxe para vocês hoje, a título de exemplo. No município de Ubá, tem uns pontinhos amarelos, vermelhos e brancos, que são as licenças já expedidas, de 2018. Onde teve licenciamento ambiental, o município de Ubá já tem constando as empresas que tiveram seus licenciamentos concedidos. É uma plataforma em que, daqui a pouco, você consegue saber a empresa, o empreendimento, o tipo de atividade que possui ou não licenciamento ambiental. Esse é um dos maiores legados do ano de 2018 para o Sisema, para a SEMAD a título de tecnologia. Aí começamos a fazer um parâmetro com a questão de incremento de processos ambientais, principalmente, quanto à questão de passivo. De 2008 a 2016, o Sisema acumulou 3.506 processos de licenciamento ambiental sem análise. Em 2017, quando foi feito o último levantamento, já tinham 4.501 processos de licenciamento aguardando uma deliberação. E isso estava atravancando muito a situação dos empreendimentos dentro do Estado de Minas. Aí foi feito um trabalho, e nós temos uma série histórica, em que pegamos de 2008 a 2016 o número de processos de passivo dentro do Estado, dentro das Superintendências Regionais de Meio Ambiente. Isso nós sabíamos que era o grande gargalo do Estado, e foi feita uma ação, uma força-tarefa, para que todas as Suprams comessem a trabalhar de forma a reduzir o passivo. A título de exemplo, na Supram Zona da Mata, nós tínhamos uma entrada e uma saída próximas em alguns anos. A partir de 2012/2013, começou a ter um incremento muito grande de entradas de processos, e nós tínhamos pouca saída. Nós começamos a fazer esse tipo de trabalho, e a título de números eu vou passar para vocês. Em 2014, entraram na Supram Zona da Mata 91 processos de licenciamento e saíram 79. Em 2015, entraram 146 e saíram 62. Em 2016, entraram 107 e saíram 81. Em 2017, já temos um número bom: entraram 112 e saíram 112. E em 2018, até 30 de novembro, que foi nossa última apuração, entraram na Supram 852 processos, e nós conseguimos emitir 965, ou seja, houve uma redução significativa do passivo que nós tínhamos dentro do órgão ambiental. Aí conseguimos trabalhar até uma perspectiva já de redução total desse passivo. Existe um prognóstico de que consigamos ter uma redução maior de passivo, e até 2020, que é a previsão do Sistema inteiro, que tenhamos uma redução total do passivo de todas as Suprams. Hoje nós temos um gráfico, esse é o gráfico do prognóstico real do que acontece no Sisema. Tinha um acúmulo, uma curva bem acentuada, de quase 4.000 processos, e hoje essa curva vem descendo, decaindo, e vêm tendo esses resultados. Já existem Suprams, algumas outras superintendências espalhadas pelo Estado, que já estão chegando à marca

124 zero de passivo ambiental. Eu já tenho colegas superintendentes que estão
125 hoje com 40 processos só para analisar dentro de toda a estrutura. Isso é um
126 trabalho que vimos fazendo na Supram Zona da Mata também. Acreditamos
127 que no final do próximo ano já vamos ter uma redução, se não total, bem
128 próximo da finalização de todos os processos de licenciamento em
129 andamento. Nós temos trabalhado muito com isso, para que esse número
130 reduza sempre mais. Do total deste ano, do acumulado, a Supram Zona da
131 Mata já conseguiu emitir 113 processos de licenciamento ambiental. Ou seja,
132 além de tudo que entrou, nós conseguimos reduzir em 113 o número de
133 processos. Ou seja, não se gerou passivo. Nós estamos conseguindo
134 trabalhar com o que entra e o que sai e matando o processo antigo que está
135 aí, para tentar também liberar a vida do empreendedor. Nós temos bem a
136 consciência de que é preciso, principalmente por parte do órgão ambiental,
137 fazer esse trabalho. Devem haver uma interação e uma sinergia muito
138 próxima tanto do empreendedor quanto do órgão público. Eu falo muito, nas
139 conversas que temos de maneira informal, que nós também fazemos parte
140 da engrenagem. Então nós também temos que contribuir de alguma forma
141 para a sociedade, principalmente para o setor produtivo. E o que nós
142 podemos fazer é dar celeridade, fazer com que o processo entre, que o
143 processo saia, seja deferido ou indeferido, mas que haja uma resposta.
144 Guardar processo dentro de gaveta não é o resultado, o resultado é ver a
145 efetividade do processo ali do lado de fora. Para concretizar e finalizar, neste
146 ano, tivemos um ano de muitas conquistas. Como foi colocado pelo
147 conselheiro representante do município de Ubá, o cartãozinho fala de
148 gratidão. É o que temos que ter, principalmente, da minha pessoa com a
149 equipe que eu trabalho. Eu tenho uma equipe fantástica, a minha equipe eu
150 não vou dizer que é a melhor do Estado, mas, se não for, está entre as
151 melhores do Estado, porque nós temos o comprometimento das pessoas, e
152 isso é o principal. Claro que cada um tem o seu potencial, e nós temos que
153 saber trabalhar com isso também. Mas eu falo que o ano de 2018 foi um ano
154 de aprendizado para todos nós em diversos sentidos, desde o sentido
155 econômico, o sentido político, o sentido de ações de diversos movimentos. E
156 o que pretendemos é simplesmente continuar a deixar para a sociedade um
157 legado, que se iniciou em 2017, que é dar respostas rápidas a todos os
158 órgãos, a todos aqueles que participam do cenário ambiental. E nos últimos
159 dias nós estivemos em Diamantina, no encontro final das Suprams do Estado,
160 e é com muita alegria que eu compartilho com vocês resultados que nos
161 motivam, resultados que nos fazem querer caminhar cada vez mais, não a
162 minha pessoa, mas toda a Superintendência. Nós fomos avaliados em dez
163 categorias, desde licenciamento ambiental, avanço do licenciamento,
164 fiscalização, controle ambiental, processamento de denúncias,
165 processamento de auto de infração, processamento de requerimento,
166 atendimento aos órgãos de controle, gestão da frota e destaque geral do ano

de 2018. Eu digo muito que ser homenageado e ganhar placas talvez não fazem sentido, eu acho que o sentido maior é trabalhar com eficiência e qualidade. Mas dentre as dez categorias a Supram Zona da Mata foi destaque em atendimento aos órgãos de controle. Nós ganhamos em primeiro lugar como a melhor Supram do Estado de Minas Gerais. Isso é um feito da equipe de controle processual. Aqui eu faço referência ao diretor, o Elias, à equipe de fiscalização, o Alessandro; a equipe de regularização, pelo apoio, à equipe de administração e finanças, pelo apoio, Sílvia e Eugênia. Porque trabalhamos de forma muito conjunta, e os resultados visam trazer celeridade àquilo que nos é demandado. Então nós tivemos esse resultado, e o resultado melhor eu falo que não foi nem a plaquinha. Mas claro que agradecemos muito e parabenizamos tanto o Elias, pelo esforço que ele teve, pelas horas. Eu brinco muito que o Elias chega à Supram às 7h da manhã e sai à meia-noite, tem dia. Eu brigo muito porque tenho que colocá-lo para fora, mas sabemos que o esforço é válido. Mas o melhor resultado que nós tivemos foi o resultado de que a Zona da Mata aparece como a quarta melhor Supram do Estado hoje. Nós estamos perdendo para Sul de Minas, Alto São Francisco e Triângulo Mineiro e estamos na frente das demais Suprams. Então esse é o resultado de coletividade, de equipe, um resultado em que eu só tenho gratidão a todos que fazem parte da Supram Zona da Mata, a todos, sem exceção. Porque sem o apoio de todos os membros, de todos os diretores e coordenadores, eu acho que não teríamos esse resultado tão positivo. Problemas, nós temos todos os dias um diferente e temos que saber usar tanto da razão quanto da emoção para lidar com cada problema. E o nosso papel aqui é esse, tentar servir da melhor maneira o povo que nos procura, a sociedade que nos procura, o sindicato, as ONGs e a comunidade em geral. E eu gostaria apenas de um parêntese para fazer quatro agradecimentos, em especial, porque sem essas pessoas não teríamos o sucesso que temos tido na gestão frente à Supram. O primeiro agradecimento é à nossa equipe. Se existe algum resultado, não é do superintendente, não é do diretor, é da equipe. A equipe faz o resultado, e nós só temos a agradecer a todos, sem exceção, desde a pessoa do vigia que faz o atendimento até o superintendente. Todos se mostraram efetivos no comprometimento da causa, e isso eu faço questão de agradecer todos os dias. Segundo, eu quero deixar registrado aqui um agradecimento muito grande à Prefeitura de Ubá pelo apoio que tem dado, incansável, nas ações da Supram Zona da Mata. Ao Vicente, ao João, ao prefeito Edson, o meu eterno agradecimento e a minha gratidão por tudo que vocês têm feito em prol da Supram. Nós sabemos das limitações que o município tem, das dificuldades que o município tem, mas toda vez que a Supram pede um socorro, a Prefeitura de Ubá está sempre à disposição para atender. Quero registrar também um agradecimento muito grande à Coordenadoria Regional do Ministério Público, na pessoa da Dra. Shermila, pelo total e incansável

apoio que ela tem nos dado junto à Supram. Atualmente, ela se encontra de licença-maternidade, mas, tanto a pessoa dela quanto as pessoas da Dra. Thaís e do Dr. Alex, os nossos agradecimentos por todo o apoio que têm dado à Supram Zona da Mata. E não posso deixar de agradecer também ao Intersind, o Sindicato das Fábricas de Móveis de Ubá, pelo apoio, pela sempre oferta que faz à Supram Zona da Mata. É muito bom quando podemos contar com órgãos, desde órgãos de controle, como o Ministério Público, e de fiscalização, iniciativa pública e também iniciativa privada, através de sindicatos, que fornecem e dão apoio às nossas ações. Ao Áureo e toda a equipe, ao Michel. Sintam-se cumprimentados por mim e por toda a equipe da Supram pelo apoio que vocês têm dado à nossa gestão. E aos conselheiros eu deixo aqui o meu registro de muito obrigado, que possamos nos encontrar mais vezes no ano que vem. Desejo votos de um feliz Natal e de um ano novo repleto de alegria e paz a todos os senhores e suas famílias. Aos meus colaboradores da Supram, votos de eterna gratidão. Eles sabem disso. E no que depender de nós estaremos sempre à disposição. E digo que em todas as próximas reuniões da URC nós sempre estaremos trazendo algum fato novo, alguma informação nova, algum dado novo. Eu acho que vocês também devem tomar conhecimento do que acontece dentro da Superintendência onde vocês participam da URC. Então isso para nós é um ponto de melhoria e de crescimento a cada dia.”

5) EXAME DAS ATAS DA 132ª, 133ª E 134ª REUNIÕES DA URC ZONA DA MATA. Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Passo ao exame das atas 132ª, de 22/11/2017, 132ª, de 13/12/2017, e 134ª, de 21/3/2018. Os senhores conselheiros, se estão de acordo com as transcrições dessas atas elencadas, permaneçam como estão ou se manifestem. Então considero aprovadas as atas transcritas das reuniões citadas.”

6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO. 6.1) Sebastião Moreira Machado. Fazenda Vista Alegre. Suinocultura. Abre Campo/MG. PA 12437/2005/005/2015. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata. Paulo Furtado, representante do empreendedor: “Boa tarde a todos. Para dar mais celeridade, vamos direto aos pontos elencados aqui. É o processo de Sebastião Moreira Machado, trata-se de revalidação da licença. Foi protocolado com mais de 120 dias antes do vencimento. Posteriormente, com a entrada em vigor da DN 217, nós protocolamos um ofício pedindo o reenquadramento e, posteriormente, recebemos então o ofício do reenquadramento. Esse ofício do reenquadramento, no nosso entendimento e pela leitura, é um ofício que foi distribuído por todas as Suprams. Ele foi redigido não pela Supram Zona da Mata, mas foi uma redação geral. E no seu segundo parágrafo diz: ‘Para verificação do novo enquadramento, deverá ser realizada nova caracterização por meio do sistema de requerimento de licenciamento ambiental disponibilizado no sítio eletrônico’. Prosseguindo, diz: ‘O FCE Eletrônico, gerado no sistema, devidamente

assinado, deverá ser encaminhado via Correios ou protocolado junto a esta
 Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram) no prazo
 de 15 dias a contar do recebimento deste ofício, sob pena de arquivamento
 do referido processo por insuficiência de informações para conclusão de sua
 análise.’ Eu destaquei esses dois pontos que são os pontos-chave desse
 ofício. E foi o que nós fizemos. Nós encaminhamos via AR esse FCE
 Eletrônico gerado no site, assinado. Ele foi encaminhado em tempo hábil. Eu
 tenho aqui os comprovantes do AR. E esse documento ficou aqui parado.
 Posteriormente, tomamos conhecimento, através da publicação no ‘Diário
 Oficial’ e através de comunicação pelo órgão, que o processo foi arquivado.
 No nosso entendimento, esse processo não deveria ser arquivado por não
 termos protocolado on-line o FCE gerado. Porque nesse ofício não se faz
 menção a um protocolo on-line. Ele faz menção e deixa muito claro que nós
 tínhamos 15 dias para postar ou fazer o protocolo na Supram. Prosseguindo,
 com relação ao parecer, que foi emitido por esta Supram, foi falado:
 ‘Observa-se por outro lado que, tendo a peça recursal sido firmada por
 terceiro, não se juntaram procuração e cópia de documento de identificação
 da pessoa física que firma o documento, contrariando o disposto no Artigo 45
 do Decreto 47.383. De fato, não foram juntados esses documentos uma vez
 que esse recurso foi apresentado em forma de ofício. Mas de toda forma tem
 que se levar em conta o Artigo 63. ‘Não atendidos os requisitos formais de
 defesa, o interessado será cientificado para promover a emenda no prazo de
 dez dias contados do recebimento da cientificação, ressalvadas as hipóteses
 em que a autoridade competente, a seu critério, puder definir o mérito.’ Fato
 que não ocorreu. E se formos levar para o Código de Processo Civil, no
 Artigo 76, ele fala que o defeito na apresentação processual é um vício
 sanável. E no caso a analogia deve ser feita, e o próprio Decreto 47.383
 prevê. E, finalmente, a segunda observação, que o recurso foi instruído.
 Faltou o comprovante de pagamento de taxa de expediente previsto no
 regulamento de taxas. E voltando ao Decreto 47.383, no Artigo 60, ele diz:
 ‘Sem o comprovante de recolhimento da taxa de expediente – Artigo 92 –,
 quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs’.
 Como nós vamos calcular o valor de uma taxa no caso de um arquivamento?
 No caso de uma multa, sim, ela já vem com o valor. Então esse foi o motivo
 pelo qual a taxa não acompanhou.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda:
 “Eu chamo os conselheiros a se manifestarem com relação a esse processo
 de recurso mediante a manifestação do consultor.” Conselheiro Vicente de
Paulo Pinto: “Eu gostaria de que a Supram, através de seus analistas,
 pudesse explanar um pouquinho melhor sobre isso.” Conselheiro Rogério
Jacinto Gomes: “Só agregando ao que ele falou, o parecer pede o
 arquivamento do processo. Se eu entendi bem, o empreendedor está
 querendo seguir o protocolo, com continuidade no processo de licenciamento.
 Eu não vi aqui no material apresentado nenhuma questão de mérito que

296 inviabilize o licenciamento do empreendimento. Então esclarecer o
297 desarmamento o que implicaria. Porque eu acho que arquivar um processo
298 de Licença de Operação de um empreendimento já funcionando o que isso
299 poderá causar eu acho que é mais transtorno do que um descumprimento de
300 formalidade, se é o que eu entendi bem. Então só agregando à pergunta,
301 caracterizar bem as consequências e passo a passo do que for votado.”
302 Eugênia Teixeira/Supram Zona da Mata: “Boa tarde, senhores conselheiros.
303 Em relação à reorientação do processo, esse ofício foi encaminhado em
304 todos os processos em trâmite para que o empreendedor, através do novo
305 sistema de requerimento onde é feito o preenchimento dos dados do
306 licenciamento, fizesse o lançamento, a geração desse novo FCE, a fim de
307 que o processo pudesse ser reorientado conforme os novos parâmetros, da
308 DN 217, o que não foi feito para este processo. O empreendedor apenas
309 encaminhou à Supram o documento físico, porém, não fez o lançamento
310 desses dados no sistema, e, portanto, o processo não foi reorientado, e não
311 foi gerado FOB. Por esse motivo, a Supram tomou a decisão pelo
312 arquivamento dos processos.” Luciano Machado de Souza
313 Rodrigues/Supram Zona da Mata: “Em relação à questão da taxa, é
314 padronizada essa questão, e existe no site disponível um campo próprio para
315 emissão e pagamento da taxa. É o procedimento que vem sendo adotado
316 por todas as Suprams, pela Supram Zona da Mata. Se existe a previsão legal,
317 se existe a possibilidade da extração do DAE para o pagamento, não faz
318 sentido o conhecimento do recurso em função disso. A questão principal é
319 realmente em função desse não pagamento da taxa. Os outros argumentos
320 foram apresentados também, mas realmente a questão da taxa não teria
321 como sanar esse vício.” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da
322 Mata: “Em decorrência, especificamente, desse ponto, eu pude ler o parecer,
323 rapidamente, e constatei que, de forma clara, ele descumpriu requisito de
324 recurso administrativo para exame dessa matéria que ele trouxe de mérito.
325 Nós não estamos realmente, conselheiro, analisando méritos do processo,
326 porque há um impedimento de nível processual em decorrência do
327 descumprimento do Artigo 45, inciso VII, em decorrência de cópias
328 necessárias para instrução do processo. E outra questão também é a
329 questão do pagamento das taxas. Eu sei que isso causa um certo
330 desconforto, o não conhecimento do recurso, mas a norma está aí. O
331 consultor citou o exemplo da possibilidade de complementação, mas ele se
332 esqueceu de dizer que essa possibilidade de complementação é para
333 defesas, não para recursos, e em autos de infração, não em processos de
334 recurso de licenciamento ambiental, que é o caso que nós estamos
335 analisando, especificamente, que tem norma própria, Artigos 45 e seguintes.
336 Então manifesto aos conselheiros que mantenham o parecer da Supram
337 porque, se nós não começarmos a tratar todos de forma igualitária – e a lei
338 nos baliza para isso –, nós vamos, sim, criar um certo desconforto em

relação ao comprimento da própria norma. Quando a empresa vai fazer o recurso, ela tem que se instruir sobre quais requisitos necessários para fazê-lo, sob pena de: ‘Para aquele lá, nós vamos aceitar sem alguns requisitos. Para o outro, não?’ Então tem que ver a norma e fazer o cumprimento exato dela para todos. Essa questão de padronização a norma nos induz a isso, nos coloca para isso. Então essa manifestação de mérito, realmente, conselheiros, nós não estamos analisando mérito. Porque há impedimento processual para o conhecimento da matéria em recurso. É por isso que o parecer foi pelo não conhecimento do recurso, por falta de requisitos processuais para tanto.” Conselheiro Rogério Jacinto Gomes: “Parte da minha pergunta foi: a votação aqui pode encaminhar para o desarquivamento do processo. Esse desarquivamento, qual é a consequência disso? Não seria dar um novo prazo e aí, sim, dar encaminhamento para a licença do empreendimento?” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “No caso, não temos condições de falar sobre o desarquivamento do processo. A não ser que se faça de ofício essa matéria, porque a matéria nem é apreciada aqui. A matéria do desarquivamento, o mérito do desarquivamento não está sendo apreciado aqui. O que está sendo apreciado aqui é a falta de requisitos de admissibilidade do recurso. Então nós não estamos entrando nem no mérito. O que a URC analisa é a questão da fundamentação em relação à falta de requisitos de acessibilidade à segunda instância administrativa e não o mérito administrativo quanto ao motivo pelo qual foi arquivado o processo.” Conselheiro Rogério Jacinto Gomes: “Sem querer ser chato, um empreendimento desse porte sem a Licença de Operação não se desliga essa empresa aqui por um botão, tem uma série de animais lá. Então eu acho que a consequência disso também deveria ser colocada, que foi parte da pergunta, de esclarecimentos. É um empreendimento bem grande, com potencial poluidor alto, que não se desliga de uma hora para outra. Então encerrando a Licença de Operação eu acho que envolve também uma consequência muito danosa do ponto de vista legal, ambiental, maior – por isso a pergunta – do que os atrasos que houve aqui de forma, de época de pagamento. Então é essa questão, para ficar mais claro o que nós vamos estar aqui votando para não sermos fomentadores de descumprimento de normas processuais, mas também com foco na questão do empreendimento que está sendo tocado.” Conselheira Sônia Maria Jacob Rodrigues: “Eu concordo com a posição do Rogério de que, entre nós conselheiros, nós possamos primeiro iniciar o seu direcionamento. Mesmo porque temos conhecimento de uma correspondência que ele recebeu da Supram e que ele cumpriu na íntegra a correspondência enviada para ele se regularizar. Isso também não foi questionado aqui, essa correspondência. Se ele cumpriu a correspondência, houve alguma falha da Supram no sentido de orientá-lo? Foi um ofício emitido em abril de 2018, referindo-se a requerimento de processo para

reenquadramento. Foi o que ele leu. Da parte do Crea, nós apoiamos porque nós precisamos mesmo incentivar, de alguma forma, o funcionamento das empresas. É disso que nosso Estado está precisando.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Mais algum conselheiro se manifesta?” Conselheiro Ionivaldo Almeida de Paula: “Eu queria que você explanasse o seu entendimento sobre a correspondência que ele apresentou. Ele deveria ter feito duas ações? Uma, ter preenchido no site, e a outra, ter protocolado 15 dias após?” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Essa questão a que o nobre conselheiro se referiu agora é questão de mérito, não está sob apreciação nesse recurso. O que está em apreciação nesse recurso é o seguinte. Nós, Supram Zona da Mata, dissemos aos conselheiros: o recurso dele nem sequer pode ser apreciado no mérito. Então obstaculizemos a segunda instância em decorrência da falta dos requisitos necessários para recurso, conforme a lei determina. O mérito nem sequer está sendo analisado aqui. E a submissão à análise dos conselheiros é sobre o parecer da Supram, se admite ou não admite o recurso, se processa ou não processa o recurso. Nós opinamos pelo não processamento do recurso e nem pelo conhecimento dele, na falta dos requisitos legais necessários. Então o mais que se poderia dizer hoje é o seguinte. Poderíamos ter conhecido o recurso ou não. Nós opinamos pelo não conhecimento. Nós não estamos aqui para analisar se vai ser deferida ou não a licença, mas a possibilidade do recurso, que ainda está em fase anterior à análise do mérito.” Conselheiro Vicente de Paulo Pinto: “Então, pelo que eu entendi, ele tem chance ainda de desarquivar o processo.” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Aqui nós vamos analisar o seguinte. O requisito necessário formal pode ser dispensável pelos conselheiros, que são submetidos ao regime de observância legal ou não? Se falarmos assim: estamos desincumbidos da tarefa de cumprir a lei. Então fazemos a possibilidade. No nosso entender, como órgão executivo que nós somos, que também estamos vinculados à norma, não há os requisitos necessários nem sequer para analisar o recurso. No frigor dos ovos, digamos assim, ou conhece ou não conhece o recurso. Aqui não tem análise de mérito nenhum. É essa a questão. Se vocês disserem pelo conhecimento do recurso, haverá possibilidade de revisão, na segunda instância, para controle de legalidade, para Belo Horizonte, o processo vai findar-se, vai prolongar-se mais ainda. Ao passo que, se não conhecermos o recurso, logo amanhã ele já pode formalizar novo processo. Então nós temos que analisar o que é melhor para o empreendimento, cumprindo a norma. Porque ele pode também buscar assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta para viabilizar. Eu estou falando isso excedendo o que está em análise no processo. O que está em análise no processo é o conhecimento ou não conhecimento do recurso. Agora, se ele quiser tomar outras medidas, pedido de assinatura de TAC, formalizar outro processo, fica à vontade.” Paulo

Furtado, representante do empreendedor: “O fato é o seguinte. Se o ofício, como foi escrito, fosse acatado, não haveria o arquivamento. O arquivamento surgiu do entendimento da Supram de que teria que ser feito um protocolo on-line. Mas o ofício não deixa claro isso. Em momento algum ele disse aqui ‘faça um protocolo on-line’. Então eu volto ao seguinte. Está bom, o recurso faltou peças. Vocês não fizeram nenhum comunicado. Ok. Mas esse indeferimento não teria havido se fosse feito como outros processos que nós temos, que depois o órgão tomou a providência, e nós temos em outra Supram. O fato é o seguinte. Foram três processos que nós fizemos da mesma forma, e só gerou o arquivamento porque o conteúdo desse ofício, que não foi escrito por esta Supram, diga-se de passagem, é dubio. Tanto é que os conselheiros podem ler, e vocês vão ver muito claro: ‘O FCE Eletrônico gerado no sistema, devidamente assinado, deverá ser encaminhado via Correios ou protocolado junto a esta Superintendência no prazo de 15 dias’. E isso foi feito. Se não tivesse sido feito, o recurso seria diferente. Mas foi feito.” Conselheiro Cláudio Pacheco Pereira: “A continuação então para esclarecer aqui sobre enquadramento. ‘Entretanto, caso o empreendimento seja reenquadrado na modalidade de licença ambiental LAS Cadastro, vossa excelência deverá finalizar requerimento no sistema realizando o download... Nesse caso, deverá fazer upload do DAE que compõe o licenciamento, enquadramento...’ Deveria concluir isso então, não é?” Paulo Furtado, representante do empreendedor: “O fato é que, quando você faz o lançamento dos dados, nesses empreendimentos com que nós estamos aqui, não deu LAS Cadastro. Quando dá LAS Cadastro, aí já gera taxa e dá prosseguimento. E por isso que se falou ‘deve ser feito upload’. Nessa condição. Mas não citou isso no caso de um LAS/RAS e de uma LAC.” Conselheiro Cláudio Pacheco Pereira: “O que gerou, então, qual seria o mérito, como ficou a situação do empreendimento no enquadramento?” Paulo Furtado, representante do empreendedor: “O empreendimento Sebastião Moreira Machado vai gerar uma LAC. É diferente dessa licença LAS Cadastro. É de um porte de quem tem mais de 10 mil cabeças. Os outros empreendimentos que estão aí são de porte de 2 mil a 10 mil cabeças. Então esse empreendimento que teria LAS Cadastro seria uma licença ambiental bem simplificada, o que não é o caso desse empreendimento. Por isso que não teve o upload.” Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Conselheiros, novamente, isso é questão de mérito, e nós não estamos ainda na análise de mérito, nós estamos circunscritos à análise do recurso posto em apreciação para a câmara recursal, que é referente ao conhecimento ou não conhecimento do recurso. Para frisar novamente, nós estamos aqui para analisar os termos circunscritos do recurso. A questão de mérito não foi nem sequer ultrapassada, não chegamos à questão de mérito. Aqui é condição de procedibilidade, e o recurso que ele apresentou não tem. Então o que nós

propusemos é o não conhecimento do recurso. É claro que é de interesse de todos o esclarecimento da questão que envolve o recurso. Ótimo, excelente. Mas não para apreciação desse recurso aqui, especificamente. Esse recurso, especificamente, é conhecer ou não conhecer a matéria por causa dos requisitos formais. É assim que faz a câmara recursal. Regimentalmente, nós estamos restritos à análise que foi apresentada. E o pedido é esse. Primeiro, procedibilidade. Não tem procedibilidade, então se encerra por aqui.”

Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Eu acho que já ficou bastante esclarecido. Eu agradeço a sua participação. Eu acho que ficou bem clara aqui a questão que está sendo colocada. Senhores conselheiros, vamos dar conhecimento ao recurso ou não vamos dar conhecimento ao recurso, que não está seguindo a formalidade exigida? Eu coloco em apreciação.”

Conselheiro Rogério Jacinto Gomes: “Há uma questão aqui com que fica intranquilos, que também fez parte da pergunta. Aceitando o parecer da Supram, qual o caminho a ser feito para o licenciamento e, entendendo que isso leva um prazo, como o empreendedor vai estar desacobertado de licença operacional de um empreendimento desse tamanho no período até atingir a licença?”

Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Essa é a questão. Ao empreendimento nada obsta que peça assinatura de TAC. Porque julgando-se aqui, ele não tem a instância recursal. Já está em instância recursal. Vamos findar o processo aqui. Findou-se o processo, ele pode pedir assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta. Isso não é problema, ele já podia ter pedido se fosse do interesse do empreendedor. Porque nós sabemos que alguns empreendimentos devem, pela sua característica, ter um tempo para fechamento, mas, em sendo o caso, peça a regularização premonitória, vamos dizer assim, prévia, não necessariamente nessa ordem, mas a via de assegurar o funcionamento é a via do Termo de Ajustamento de Conduta, com as medidas cabíveis. Aqui, não, aqui nós estamos analisando o processo friamente dentro de requisitos formais. Já imaginaram se nós agora começarmos a não cumprir a própria normativa definida pela lei estadual? Entrando no mérito, foi dado o prazo, ele se manifestou, não teve requisitos, e foi arquivado. Foi dado o prazo para recorrer, ele não cumpriu todos os requisitos. Aí nós vamos dar novo prazo para ele? Isso é questão de mérito, eu estou fugindo um pouco até da análise do processo. É essa análise que nós temos que fazer também. Mas a análise desse processo, especificamente, é se tem os requisitos formais ou não. No nosso modo de entender, não tem, o processo se finda aqui agora. O empreendedor fica à disposição, e o órgão está aí para viabilizar o Termo de Ajustamento de Conduta. Porque se, eventualmente, nós fizermos uma análise de que cabe a procedibilidade do processo, infelizmente, nós vamos ter que agir de ofício, fazer recurso de ofício. E aí eu acredito que vai ter um pouco mais de impedimento de entrar com novo processo. É a minha análise. Eu acredito que o Elias, a Superintendência, vai fazer um recurso de ofício

para o secretário no controle da legalidade. Essa é a questão.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Senhores, pelas informações que foram colocadas, eu acho que está claro para os senhores e podemos passar à votação. Os conselheiros que estão de acordo com o parecer da Supram permaneçam como estão. E os contrários que se manifestem e justifiquem. José Januário, abstenção. Então aprovado o parecer da Supram, com uma abstenção.” **6.2) Altomirando Viegas de Carvalho Neto. Granja Bicuíba. Suinocultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos em regime extensivo. São Francisco do Glória/MG. PA 00555/2006/003/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Zona da Mata. Paulo Furtado, representante do empreendedor**: “Por se tratar de uma matéria idêntica ao 6.1, no 6.2 e no 6.3 nós vamos retirar o destaque.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Então em votação os dois processos citados: 6.2 e 6.3. Se são favoráveis ao parecer, permaneçam como estão. Registro abstenção do conselheiro José Januário Carneiro. Aprovado o parecer, com uma abstenção.” **6.3) Altomirando Viegas de Carvalho Neto. Granja da Barra. Suinocultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos em regime extensivo. Miradouro/MG. PA 00559/2006/003/2015. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata. Aprovado por unanimidade o parecer da Supram Zona da Mata, que opina pelo não conhecimento do recurso. 6.4) Álvaro da Silva Castro. Fazenda Iracema. Granja Alvorada. Suinocultura. Oratórios/MG. PA 23963/2014/001/2018. Classe 3. Apresentação: Supram Zona da Mata. Aprovado por unanimidade o parecer da Supram Zona da Mata, que opina pelo não conhecimento do recurso. 6.5) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Estação de tratamento de esgoto sanitário. ETE Divino. PA 14777/2017/001/2018. Divino/MG. Classe 2. Apresentação: Supram Zona da Mata. Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Este processo está sendo retirado de pauta a pedido do subsecretário de Regularização Ambiental, Antônio Malard.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO A EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Vale S/A. PCH Nova Maurício. Barragem de Geração de Energia Hidrelétrica. Leopoldina/MG. PA 26940/2010/002/2017. Classe 4. Apresentação Supram Zona da Mata. Conselheiro Michel Henrique Pires**: “Com relação à condicionante nº 8, que trata do monitoramento da proliferação de macrófitas, em conversa com o empreendedor, ele me disse que essa extinção das macrófitas ali não vai ficar a cargo dele de conseguir. Porque tem várias cidades anteriores que não têm tratamento de esgoto, e ele não vai ter como fazer totalmente sem extinção. Então ele queria fazer uma nova redação dessa condicionante. Eu vou pedir a presença dele para explicar.” Emerson Costa/Representante do empreendedor: “Com relação ao parecer no que tange ao processo, nós só temos essa observação na**

condicionante nº 8. Se me permitem fazer uma leitura rápida, ela diz o seguinte: ‘Estabelecer um programa de monitoramento e controle de macrófitas aquáticas’. Para a gente alinhar, às vezes nem todos são do meio, macrófitas são aquelas plantas aquáticas, que no interior conhecemos muito como aguapé. ‘... medida essa proposta para execução em caráter permanente com remoção periódica dessas invasoras e, na medida que for necessária, até sua completa extinção, bem como da remoção de outros detritos que possam acumular na barragem, de modo a minimizar a proliferação de vetores de doença, apresentando o relatório fotográfico das ações empreendidas no âmbito de cada relatório anual consolidado’. Lido o texto da condicionante, o empreendedor manifesta aos senhores conselheiros que não tem nenhum impedimento com relação ao monitoramento, ao controle, à remoção dessas macrófitas do reservatório, assim como os demais detritos que possam chegar até a barragem. Agora, o termo ‘extinção por completo’ ou ‘completa extinção’ dessas plantas não está no nosso controle fazer essa ação. Visto que nós estamos ali no rio Novo, a montante do nosso barramento tem a cidade de Rio Novo, a cidade de Piau, várias outras pequenas vilas localizadas, empreendimentos agropecuários, tanto de pecuária leiteira como de corte, que lançam uma carga orgânica dentro do recurso hídrico. E é notório no meio científico que a proliferação dessas plantas está diretamente relacionada à quantidade de carga orgânica dentro do recurso hídrico. Então o nosso pedido é para que se mude a redação da condicionante tirando essa parte da ‘completa extinção’. Porque não estaria – espero que os senhores entendam nesse sentido a proposta – no nosso controle poder fazer. Então nos pesa essa preocupação de não poder cumprir efetivamente uma condicionante.” Eugênia Teixeira/Supram Zona da Mata: “A Supram concorda com a alteração da condicionante para retirada desse trecho ‘até a sua completa extinção’. Obviamente, o empreendimento tem seus impactos no rio, com o represamento, a transformação para o ambiente lótico. E com isso o aumento da proliferação das macrófitas. Mas, por outro lado, a comunidade de macrófitas é necessária e é natural do ambiente hídricos. Então nós concordamos com a alteração dessa condicionante.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Concorda com a alteração tirando essa expressão ‘até a sua completa extinção’. Levo à votação dos conselheiros. Se todos concordam, permaneçam como estão. Ou se manifestem. Parecer aprovado.”

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO AO AUTO DE INFRAÇÃO. 8.1) Supremo Artefatos e Pré-Fabricados de Concreto Ltda. EPP. Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento ou gesso. Ponte Nova/MG. PA CAP 502234/2018, AI 123321/2017. Apresentação: Supram Zona da Mata. Conselheiro Rogério Jacinto Gomes: “No auto de infração, na argumentação do empreendimento, a infração não está amparada por laudo. Está citando o descumprimento em relação à

norma ABNT, e a argumentação do empreendimento é de que não tem laudo para amparar o auto. E não há aqui – pelo menos eu não enxerguei – a contestação dessa afirmação. Se está descumprindo, e não tem nada que confirme o descumprimento, no início aqui, eu já fiquei sem saber.”

Conselheiro Michel Henrique Pires: “Realmente, eu olhei isso. Se é ruído, tinha que ter colocado quantos decibéis estavam incomodando, e não tem nada falando sobre a quantidade de decibéis no empreendimento.”

Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: “Novamente, conselheiros, eu não sei o que está acontecendo aqui hoje, mas os nossos empreendedores recorrentes estão tendo certas dificuldades. Neste caso, especificamente, ele perdeu o prazo para recorrer. Em sendo assim, não há análise de mérito nesse processo também. Caros conselheiros, a norma legal tem que ser cumprida, porque ela é o padrão de isonomia do tratamento do terceiro. É por isso que respeitamos a norma em decorrência desse tratamento que a lei nos impõe. Não tendo os requisitos de admissibilidade do recurso, ainda mais no prazo de recorrer, não analisamos matéria de mérito. Mas eu vou citar, apenas a título de ilustração, o que não deve, de maneira nenhuma, compor a análise de mérito, porque não está sendo analisada aqui. Só para vocês terem a contextualização do processo. A empresa assinou Termo de Ajustamento de Conduta. No recurso, nós não somos aquela máquina fria que analisamos apenas números. Podem ver, nós observamos que o empreendedor, além de ter assinado Termo de Ajustamento de Conduta, também cumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta, conforme certidão que constou nos autos do processo, que foi juntada de ofício aqui nesse processo. E aí, em decorrência disso, nós nos manifestamos, conforme nos autoriza a lei, pelo afastamento da pena de embargo, para também facilitar para o empreendedor. Porque – eu repito – nós não somos aquela máquina fria de ver números, somos gente trabalhando no órgão. Então nós fizemos o quê? Apesar do não conhecimento do recurso, analisando a legislação, que nos permite conhecimento de matéria de ofício, no recurso, analisamos a questão de ofício. Então para ilustrar mais ainda, não tem laudo, porque esse auto de infração foi lavrado pelos servidores da Superintendência. Em tese, mesmo se esse recurso fosse processado, e nós viéssemos analisar o recurso em sua questão de mérito – que, friso, não é matéria a ser posta –, laudo só exigível em outras circunstâncias, em circunstâncias muito especiais. Então caros conselheiros, realmente não é questão de laudo, ainda mais porque o empreendedor assumiu que realmente estava sem as normas de adequação aos sistemas ambientais e assinou Termo de Ajustamento de Conduta. Então eu levo uma multa de auto de infração, venho ao órgão ambiental e falo assim: ‘Eu concordo com a multa, vou assinar o Termo de Ajustamento de Conduta para me adequar à norma ambiental’. O que significa isso? ‘Estou confessando, expressamente, que, eventualmente, em dado momento

da nossa existência como empresa, esbarramos em alguns requisitos da legislação ambiental'. Isso apenas para ilustrar a matéria. Porque voltando ao termo do recurso é o não conhecimento pela falta de tempestividade. Acredito que eu tenha satisfeito a sua curiosidade sobre o assunto, conselheiro." Pedro Teixeira, representante do empreendedor: "Eu gostaria – como o senhor disse – para a questão de ilustrar, o Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado para que pudéssemos voltar a trabalhar. Nós tínhamos quatro meses de empresa, sofremos essa fiscalização de uma forma completamente arbitrária e sem sentido pela Polícia Militar de Meio Ambiente de Ponte Nova, tanto que o agente fiscalizador nem seque desceu do carro, e o empreendimento não estava em funcionamento na hora em que ele foi lá. O auto foi lavrado dentro de uma sala fechada, 6 a 7 horas depois, com a presença de um vizinho reclamante, que foi quem causou essa confusão e denunciou de uma forma completamente ilegal também, pois tem um problema com o dono do terreno do qual nós éramos locatários. Como eu disse, nós tínhamos três a quatro meses de empresa operando e fomos barrados de trabalhar, para nós e os advogados consultados, de uma forma ilegal por essa questão. Desculpa o jeito de falar, eu não sou profissional da área, eu sou simplesmente um técnico de edificações que está tentando trabalhar. Dessa forma, nós fizemos o Termo de Ajustamento de Conduta para voltar a operar, tendo cumprido, com excelência, todas as condicionantes do termo. E essa questão do recurso, pode ter sido realmente intempestivo, por questão de interpretação ou alguma coisa assim, mas faz parte. Eu gostaria de deixar clara essa questão. O auto foi feito de uma forma, julgado por nós como irregular, por isso corremos atrás do Termo de Ajustamento de Conduta para poder voltar às atividades. Inclusive, nós tínhamos Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), na época, e a autorização da prefeitura também para poder trabalhar. Então dessa forma nós fomos prejudicados por uma fiscalização ineficiente da Polícia Militar." Wander José Torres de Azevedo/Supram Zona da Mata: "Eu entendo, sentidamente, os fundamentos do recurso do interessado, mas discordo profundamente. Porque o poder constituído e investido ao policial militar foi dado por norma, e ele agiu de maneira regular. Como bem sabemos, os autos de infração muitas vezes são lavrados no nosso escritório, sem problema nenhum, claramente embasado em um Boletim de Ocorrência, em um Auto de Fiscalização ou até mesmo em algum dado existente no processo. Então irregularidade eu não vejo nenhuma. E refriso, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta, que é a condição de irregularidade posta em apreciação, e o Termo de Ajustamento de Conduta foi cumprido. Então o que nós temos que analisar aqui é que o recurso foi intempestivo, novamente sem os requisitos formais. Apesar da insurgência dele, que é de direito dele, eu discordo profundamente porque a legalidade foi cumprida em sua exuberância máxima nesse processo." Conselheiro Michel Henrique

Pires: “Eu sou empresário, estou aqui representando a Fiemg, que representa os empresários do Estado, as empresas, e nós ficamos sentidos pelo acontecido, por algumas coisas que acontecem com a gente. Como eu digo, às vezes o empresário é tido mais como bandido do que o próprio bandido. Mas, infelizmente, quando se perde um prazo, como foi perdido, isso quebra as nossas pernas de como defender. Nós queremos defender, entendemos que precisam trabalhar, entendemos que têm funcionários lá, que a empresa é nova. Mas, como eu digo sempre, o TAC, se você assinou um TAC... Tente fazer o possível para não assinar. Se assinar, tem que cumprir, o TAC tem que ser cumprido. E têm que ser cumpridos todos os prazos legais para chegar aqui e possamos estar legalmente votando a favor. Fica até ruim depois falarem ‘porque o Michel, que é representante da Fiemg, que é representante das empresas, votou contra’. Não, nós não votamos contra, nós votamos a favor do parecer, que está embasado legalmente. Então infelizmente às vezes pensamos de um jeito, queremos votar a favor, pela manutenção da empresa, pela manutenção do emprego. Às vezes até, como o conselheiro disse ali, vai ser pior ambientalmente cassar a licença dele para ele entrar novamente, mas infelizmente, legalmente, nós não podemos fazer.” Conselheiro Rogério Jacinto Gomes: “Só para registrar, Wander, na sua fala, porque na parte da infração a descrição é muito clara. É só mais para registro, já está bem explicada a questão de prazo. Mas é que o auto é por ‘descumprir total ou parcialmente as normas da ABNT 10151 e 10152, conforme constatado em laudo técnico, ao emitir som e ruídos em níveis superiores ao permitido.’ Então é bem claro aqui que tinha algum embasamento de medição para que esses ruídos estivessem acima. Então foi medido? Ok. Só para registro.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Está claro o processo também, até a questão do desdobramento já está bem encaminhada. Colocando em votação então, aqueles que são favoráveis ao parecer da Supram permaneçam como estão. Aprovado.”

9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DAIA. 9.1) Israel Antônio Campos. Lima Duarte/MG. PA/SIM 05020000470/2016. Recurso arquivamento de Daia. Intervenção em APP sem supressão. Apresentação: Supram Zona da Mata. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único.

10) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA ZONA DA MATA DO COPAM PARA O ANO DE 2019. Apresentação: Supram Zona da Mata. Silvia Cristiane Lacerda Barra/Supram Zona da Mata: “Senhores conselheiros, boa tarde. Meu nome é Silvia, eu estou como diretora de Administração e Finanças. Como de praxe, em toda última reunião do COPAM, nós aprovamos o calendário das reuniões do ano seguinte. Então a proposta para o próximo ano, da Supram, é que seja mantida a agenda conforme este ano. São três reuniões programadas ordinariamente para o ano de 2019, sendo a primeira reunião

no dia 20 de fevereiro, a segunda reunião no dia 19 de junho e a terceira reunião no dia 23 de outubro. Não impede, caso a demanda de processos seja maior do que o programado de reunião, que a Supram convoque reuniões extraordinárias, como foi o caso desta reunião de hoje. Então se os senhores concordarem com a programação, nós colocamos em apreciação e votação.” Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Senhores conselheiros, se estão de acordo com as datas apresentadas, permaneçam como estão. Agenda aprovada.” **11) ENCERRAMENTO.** Presidente Luiz Henrique Ferraz Miranda: “Declaro encerrada esta sessão e conto com a presença de todos na próxima reunião, de 20 de fevereiro de 2019. Eu gostaria de desejar um feliz Natal e próspero ano novo a todos e um bom retorno àqueles que se deslocam para outros municípios. Obrigado.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Luiz Henrique Ferraz Miranda
Presidente suplente da URC Zona da Mata